



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 8/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 22 de abril de 2015*

----- Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 07/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 08 de abril de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-  
dois da Tesouraria (n.º74) respeitante ao dia 21 de abril, que apresentava os  
seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.792.068,43; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.445.681,07; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 338.975,21. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para  
proferir o discurso, que se passa a transcrever: *"Reportando me ao assunto  
COM, venho mais uma vez esclarecer as dúvidas que me parecem existir por  
parte dos vereadores da bancada do PSD, nomeadamente quanto ao índice  
salarial auferido pelo mesmo. Neste sentido, e como consta na deliberação de  
Câmara do passado dia 28 de Janeiro, foi aprovada a proposta da fixação da  
remuneração correspondente à posição remuneratória 05.2, nível 29 da  
carreira de técnico superior a que corresponde o montante de 1.922,37 €. Na  
intervenção dos vereadores na passada reunião em 8 de Abril, acusam me  
injustamente de prestar falsas declarações, o que quero aqui veementemente  
repudiar e ao mesmo tempo provar que, falsas, foram as declarações por estes  
proferidas, já que a data em que tudo ocorreu, foi anterior à condução do  
COM, 28 de Janeiro, e o que tentam reproduzir nas suas declarações, é a ideia  
de que tal aconteceu posteriormente, a 11 de Março. Na minha intervenção  
face ao assunto, e para esclarecer e informar o órgão, disse que não existia  
consenso com a ANPC sobre o vínculo Laboral destes técnicos, pelo que o  
executivo entendeu ficar pelo índice remuneratório equivalente aquilo que o  
mesmo auferia como adjunto. Equivalente significa, igual, próximo ou  
semelhante, o critério usado foi o de proximidade, sem prejuízo para o técnico.  
Uma vez que o método de calculo do vencimento do adjunto esta indexado aos  
vencimentos do executivo, não existe nenhum índice exatamente igual na  
carreira técnica, pelo que se optou por atribuir o índice mais próximo, ainda  
que por excesso, mas ainda assim, longe daquilo que a ANPC propunha, e que  
era o nivelamento pelos chefes de divisão. Ainda que a nomeação seja da minha  
competência, é da competência do órgão câmara, deliberar sobre índice  
remuneratório, essa deliberação foi feita por proposta minha em reunião de 28*

*de Janeiro, para condução do COM a 1 de Fevereiro". -----*

----- O vereador Paulo Paulino interveio para fazer uma breve retrospectiva do Campeonato Nacional de Canoagem, iniciativa essa promovida pela Federação Portuguesa de Canoagem, Associação de Canoagem do Algarve e Grupo Desportivo de Alcoutim, com o apoio da Edilidade, deixando de seguida um agradecimento ao Bruno Carmo “pelo dedicação e entusiasmo, que despende para a modalidade”, restante equipa do GDA, à equipa técnica do Município, demais entidades (Bombeiros, GNR, Polícia Marítima), pelo trabalho desenvolvido, disponibilidade e profissionalismo demonstrado. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar, no seguimento da intervenção do presidente, a auscultação da gravação áudio, para verificação “de quem fala verdade”, uma vez que o presidente repudia as declarações prestadas, pelos vereadores opositores, informando de seguida que na próxima reunião do executivo tomará posição sobre o assunto. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar o presidente “se já fez” a entrega do relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias do direito à oposição, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei 24/98, de 26 de maio, uma vez que deveria ser entregue até 31 de março. Continuou a sua intervenção agradecendo o envio das cópias dos processos CEI e CEI +, deixando o alerta pelo facto de ter ocorrido a duplicação de cópias, no entanto, “o que lhe foi entregue, não foi o que solicitou”, e nesse sentido apela para que o processo lhe seja entregue, nomeadamente o nome dos colaboradores e contrato, dos respetivos processos, uma vez que já os solicitou “há bastante tempo”. -----

----- O presidente interveio para frisar que “pensava” que o assunto já se encontrava esclarecido, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que a matéria “já se encontra a ser esclarecida há vários meses”. --

----- O vereador José Galrito interveio para referir que não existe qualquer ocultação, por parte do executivo permanente. -----

----- O presidente usou da palavra novamente para solicitar a inclusão do seguinte ponto **“CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE EM LARANJEIRAS 2015/2019, na ordem de trabalhos.** -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, incluir o referido ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CAMINHO RURAL ENTRE ALCOUTIM E CORTE TABELIÃO – Cancelamento de Garantias Bancárias:**

Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantias bancárias, apresentada pela firma LTO-Lavouras e Terraplanagens do Oeste, Lda, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º 04/331/20962, no montante de € 18.393,98 (dezoito mil trezentos e noventa e três euros e noventa e oito cêntimos) emitida pelo BPI, a garantia bancária n.º 06/160/38275, no montante de € 3.887,31 (três mil oitocentos e oitenta e sete euros e trinta e um euros) emitida pelo BPI, bem como a garantia bancária n.º 125-02-1436536, no montante de € 26.627,46 (vinte e seis mil seiscentos e vinte e sete euros e quarenta e seis cêntimos) emitida pelo BPC.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA GARAGEM/ARRECADAÇÃO - VALTER MANUEL PEREIRA MARQUES DA PALMA – LARGO DO CASTELO/ALCOUTIM:**

Foi presente uma informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara deliberar aprovar as telas finais, bem como que a emissão de Alvará de Licença de utilização fique condicionada, ao termos da informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face a informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que a documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – HENRIQUE ROMÃO MARQUES – CHADA DAS GARCIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:** Foi presente um requerimento de Henrique Romão Marques, residente na rua Josefa Galbis Diniz, n.º 63 – Arneiro/Carcavelos, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 15 e secção n.º A020, da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, no sítio da Chada dos Garcias, com a área de 10,108 ha em nome de José António Afonso Sebastião, em regime de dois compartes, cabendo a quota de ½ em nome de José António Afonso Sebastião, de 1/2 em nome de Henrique Romão Marques, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – ARNALDO LOURENÇO SEQUEIRA – CERCADO DA EIRINHA/PRÉDIO RÚSTICO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:** Foi presente um requerimento

de Arnaldo Lourenço Sequeira, residente na Praça Alexandre Herculano, n.º 31 1.º Esq.º, Faro, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 140.º e secção n.º 027, da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, no sítio do Cercado da Eirinha, com a área de 0,036 ha, em nome de Arnaldo Lourenço Sequeira, em regime de duas partes, cabendo a quota de ½ em nome de Maria João Colaço Perpétua e 1/2 em nome de Carlos Francisco Fortunato Guerreiro Gomes, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS/LAR DE MARTIM LONGO – Prorrogação de Prazo até 15 de junho de 2015:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar aprovar a prorrogação de prazo graciosa até 15 de junho de 2015, bem como o plano de trabalhos nos termos do parecer da fiscalização da empreitada e da informação da divisão de Obras Planeamento e Gestão, Urbanística, Equipamento, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/Proc. 02/2015** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 1.000,00 (mil euros), ao sr. Luiz Alberto Caetano Alves, para acesso a cuidados de saúde e combate à pobreza, nos termos do artigo 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcútem. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para citar o segundo parágrafo da análise social/parecer, da técnica do município, nomeadamente *“Foi feito o encaminhamento para a cantina social, que fornece as refeições gratuitamente, valência que este rejeitou. Foi-lhe entregue de imediato alimentos do Banco Alimentar, dado que muitas vezes não se alimenta por dificuldades económicas resultantes de má gestão do valor da pensão”*, e nesse sentido questiona, se o requerente tem dificuldades, porque razão não aceitou as refeições gratuitas? Bem como demonstrar que é da opinião que o montante a atribuir não vai resolver o problema do munícipe, já que o mesmo tenciona comprar um automóvel, conforme intenção demonstrada na carta enviada à Edilidade, “como irá proceder ao pagamento dos seguros e gasolina”, e pelo valor/vencimento que o mesmo auferia mensalmente, questiona se é a Câmara Municipal que vai continuar a pagar os investimentos feitos pelo o munícipe. Ainda deu nota que no ano de 2011, o mesmo auferiu de auxílio de € 2.000,00 para recuperação da habitação, “agora alega que chove e tem ratos”, e como tal considera que o problema demonstrado a este nível é da falta de higiene do próprio. Findou referindo que existem funcionários da autarquia, com vencimentos “mais baixos” que necessitam igualmente destes apoios e “muitas vezes não são dados”, e nesse sentido mencionou que não corrobora com o valor a atribuir por considerar que não é uma pessoa carenciada, apesar de votar favoravelmente o assunto. -----

----- O presidente usou da palavra para frisar que a questão primordial do

parecer técnico prende-se com cuidados de saúde do munícipe, uma vez que existe uma determinada patologia que está associada a traumas psíquicos (guerra), e como tal considera que se o apoio for canalizado para a compra de medicação “poderemos evitar” alguns problemas. Finalizou referindo que confia no parecer técnico apresentado, e que estará disponível, dentro das possibilidades da Autarquia, para colmatar apoios desta natureza. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup> Dalila Barros interveio para mencionar que continua a não corroborar com atribuição do subsídio, dado que se encontra bem especificado no parecer, o objetivo para a atribuição do montante.-----

----- O presidente interveio para relembrar que o montante constante no parecer será canalizado, para o acesso a cuidados de saúde e combate à pobreza, conforme proposta apresentada. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que independentemente do estado de saúde que o munícipe se encontra ou não, o que está em causa é “como se chega” ao valor a atribuir, uma vez que se “manda um número para o ar” e não se faz uma análise mais aprofundada, no entanto, não está contra o pedido de apoio. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE EM LARANJEIRAS 2015/2019:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, determinar a abertura de concurso (2015/2019, aprovar o caderno de encargos e o programa de concurso, bem como constituir um júri para abertura e apreciação das propostas para exploração do quiosque, composta pelos seguintes membros: Dr. João Dias, Eng.º Henrique Hou, Eng.º Jorge Palma, Dr. Nelson Gonçalves e Dr. Michael Pedro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por



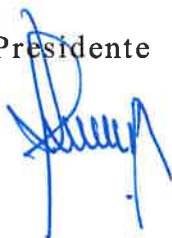
unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

